



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

## EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

Processo administrativo nº 054/2024

Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

---

1.1 Objeto do certame: **Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.**

1.2 Data do certame e horário:

1.3 De 03/10/2024 às 8h00min

1.4 Até 07/10/2024 às 8h00min

1.5 PERÍODO DE LANCES:

1.6 De 07/10/2024 às 8h15min

1.7 Até 07/10/2024 às 14h15min

1.8 Prazo de etapa de lances: 06 (seis) horas.

1.9 Valor estimado total da contratação: **R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, e seiscentos e treze reais e trinta e três centavos).**

1.10 Rito da seleção: Dispensa de licitação.

1.11 Forma da seleção: ELETRÔNICA

1.12 Local do certame: <https://bllcompras.com/Home/Login>

1.13 Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

1.14 Modo de disputa: Dispensa eletrônica.

1.15 Ordem das etapas: RITO PROCEDIMENTAL COMUM

1.16 Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: Sim



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 1.17 Legislação aplicável: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 025/2023, Decreto Municipal nº 028/2023, Decreto Municipal nº 029/2023 e Decreto Municipal nº 030/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

---

### **2.1. Poderão participar desta licitação:**

2.1.1. Os interessados ramo de atividade compatível com o objeto licitado que estiverem previamente credenciados na plataforma da BLL (Bolsa de Licitações do Brasil) e cadastrarem proposta até o horário previsto para o início da sessão.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **2.2. Não poderão disputar esta licitação:**

2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. A vedação de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

---

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.2.1. está ciente, cumpre e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. Quando houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **“não”** impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **“não”** apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei](#)



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

---

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados (valor/marca/modelo/quantidade), sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.
- 4.2. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item.
- 4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos;
- 4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

5.1. A partir das 8h15min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.*

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,1% (*um décimo por cento*).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

## 5. DA FASE DE JULGAMENTO

---

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. SICAF;

5.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto no edital.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

5.6.1. conter vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam disponíveis no SICAF, ou disponíveis nos respectivos portais, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período.

6.4. Preferencialmente todos os documentos de habilitação deverão constar no SICAF.

6.5. **HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** será verificada por meio do SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

6.6. Cópia do contrato social;

6.7. Alvará de localização;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 6.8. CND Receita Federal;
- 6.9. CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- 6.10. CND Municipal;
- 6.11. CND Estadual;
- 6.12. CNDT-TST
- 6.13. Cartão CNPJ/MF
- 6.14. Certidão simplificada da junta comercial;
- 6.15. Certidão de falência e concordata;
- 6.16. Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação, datado e assinado.
- 6.17. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.
- 6.18. Em sendo permitida a participação, o consórcio deverá apresentar junto com documentos de habilitação um compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e demais condições dispostas na Lei.
- 6.19. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 6.20. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.21. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.22. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.23. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

## CNPJ 76.175.918/0001-33

6.24. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.25. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

6.25.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.25.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **7. CONTRATAÇÃO**

7. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.1.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.*



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

7.1.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

---

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5. fraudar a licitação

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 8.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 8.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 8.2.1. advertência;
  - 8.2.2. multa;
  - 8.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.7. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.
- 8.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

9. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

9.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

9.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

9.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



# **MUNICÍPIO DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

9.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

9.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ivaí.pr.gov.br/>.

9.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.10.1. ANEXO I – Especificação do Objeto e Valor máximo estimado
- 9.10.2. ANEXO I - Termo de Referência
- 9.10.3. ANEXO III – Modelo da Proposta
- 9.10.4. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Ivaí - PR, 2 de outubro de 2024.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO  
Prefeito de Ivaí-PR



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO I

### DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

---

9.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

#### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

---

##### 2.1. Especificação e quantidades:

---





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33



Município de Ivaí  
Solicitação 279/2024

Equipiano

Página:1

<b>Solicitação</b>					
Número	Tipo	Entido em	Quantidade de Itens		
279	Aquisição de Material	30/09/2024	1		
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>			
Código	Nome	Número			
12189-4	LUCIANO TOMACHEVSKI	551/2024			
<b>Local</b>					
1052	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
<b>Órgão</b>					
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE				
<b>Forma de pagamento</b>					
Descrição		Tipo			
A PRAZO		Depósito bancário			
<b>Entrega</b>					
Local		Prazo			
		0 Dias			
<b>Descrição:</b>					
Contratação de empresa especializada para realizar limpeza do poço artesiano.					
<b>Justificativa:</b>					
É necessária para assegurar que o sistema continue a operar de forma eficiente e segura.					
<b>Lote</b>					
001 Lote 001					
<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unitário</b>	<b>Valor</b>
048863	Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço	SERV	1,00	37.613,33	37.613,33
	Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.				
				<b>TOTAL</b>	<b>37.613,33</b>
				<b>TOTAL GERAL</b>	<b>37.613,33</b>



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

---

- Secretaria demandante: Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- Responsável: Luciano Tomachevski.

#### 2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

---

##### 2.1. Objeto a ser contratado

---

Contratação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

##### 2.2. Natureza do objeto

---

Serviço comum de Engenharia

##### 2.3. Fundamento da contratação

---

O presente processo se trata de uma dispensa baseada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a qual não possuirá a realização de Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023. Ainda, todas as informações necessárias estarão presente neste documento.

##### 2.4. Justificativa da contratação

---

A presente contratação é de extrema importância, tendo em vista que o poço da localidade de Lageado está com problema que por conta do grande utilidade ao longo dos anos o desgaste foi se intensificando sendo inevitável a manutenção deste, pois há um grande acúmulo de sedimentos detritos e microorganismos no interior do poço, comprometendo a potabilidade da água e reduzindo a eficiência do sistema de bombeamento. A ausência desta limpeza pode levar piorar à contaminação da água, o desgaste dos equipamentos e à redução da capacidade de bombeamento, resultando em maiores custos operacionais e potenciais riscos à saúde. Além disso, a manutenção do poço é uma exigência para o cumprimento das normas sanitárias vigentes, evitando sanções e garantindo a conformidade legal. Portanto, a contratação se justifica pela necessidade de preservar a qualidade da água, assegurar a operação eficiente do sistema e cumprir com as regulamentações aplicáveis, minimizando riscos e custos a longo prazo.





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 2.5. Análise de riscos da contratação

Fica dispensada a análise de risco nas dispensas realizadas com base no art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021, de acordo com o disposto no art. 14 do Decreto Municipal 025/2023.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### 3.1. Especificação e quantidades da solução:

As especificações do serviço foram baseadas a partir de estudos realizados juntamente com a engenharia, para melhor atender a necessidade que este poço necessita.

QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	vb	SAQUE DE INSTALAÇÃO COM DESLOCAMENTO
80	m	LIMPEZA E DESINFECÇÃO EM POÇO ARTESIANO / 0 Á 200 MTS
1	vb	MONTAGEM DE MAQUINA E CANTEIRO DE OBRAS COM DESLOCAMENTO
400	m	REVESTIMENTO INTERNO DE 6 1/2", INSTALADO

### 3.2. Prazo para início da execução do objeto

Será imediato, a partir da publicação do contrato.

### 3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

Após os procedimentos o contrato deverá ser executado de forma imediata. A duração estimada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano é de **5 a 7 dias úteis**.

### 3.4. Local de entrega ou execução

Localidade de Lageado

### 3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

#### 3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:



Após a execução dos serviços, será exigida uma garantia mínima de 12 meses sobre o trabalho realizado. Durante este período, a empresa contratada deverá corrigir, sem custos adicionais, qualquer falha ou problema decorrente da execução inadequada dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano. A garantia cobre a integridade do serviço realizado, assegurando que a qualidade da água e a eficiência do sistema de bombeamento sejam mantidas conforme os padrões estabelecidos.

### **3.5.2. Condições de assistência técnica:**

A empresa contratada deverá disponibilizar assistência técnica especializada durante o período de garantia. Em caso de qualquer problema ou irregularidade no poço artesiano, a assistência técnica deve ser acionada prontamente, com atendimento no prazo máximo de 48 horas após a solicitação. A assistência técnica inclui a realização de inspeções adicionais, reparos necessários, e orientações sobre a operação do sistema, garantindo o pleno funcionamento do poço e a satisfação da contratante.

### **3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?**

Sim, exige-se o respeito às normas específicas de descarte de resíduos gerados durante o processo de limpeza e manutenção do poço artesiano. A empresa contratada deve seguir rigorosamente as normas ambientais e sanitárias vigentes, como a Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, e a NBR 10004/2004 da ABNT, que classifica os resíduos sólidos. Todos os resíduos, incluindo lodo, sedimentos e produtos químicos utilizados, devem ser coletados, transportados e descartados de acordo com as normas específicas, evitando a contaminação do meio ambiente e garantindo a segurança da comunidade. A empresa deverá apresentar os comprovantes de descarte correto em locais licenciados, conforme as exigências legais.

## **4. DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

---

Para contratação de empresa especializada em limpeza de poço artesiano, será contratada de forma eletrônica pelo site BLL empresa que apresentar o menor preço.



## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

---

### **5.1. Resultados pretendidos a contratação:**

---

A contratação dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano pretende garantir a melhoria da qualidade da água fornecida, assegurando que esteja em conformidade com os padrões de potabilidade e livre de contaminações. Além disso, busca-se aumentar a eficiência operacional do sistema de bombeamento, prevenindo obstruções e desgastes prematuros, o que resultará em maior durabilidade dos equipamentos. Outro resultado esperado é o cumprimento rigoroso das normas sanitárias e ambientais, evitando sanções legais e garantindo a segurança das operações. Por fim, espera-se obter um relatório técnico detalhado que documente as condições do poço e forneça recomendações para manutenções futuras.

### **5.2. Forma de execução do contrato**

---

Fornecimento imediato.

### **5.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)**

---

O contrato terá uma vigência inicial de 12 meses, cobrindo tanto a execução dos serviços quanto o período de garantia e suporte técnico. Caso haja necessidade, o contrato poderá ser renovado, desde que ambas as partes concordem e a renovação seja solicitada com pelo menos 30 dias de antecedência ao término do contrato vigente. A renovação dependerá de uma avaliação das necessidades futuras e do desempenho da empresa contratada durante o período inicial.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

---

### **6.1. Requisitos anteriores à execução**

---

Não se aplica.

#### **6.1.1. Garantia financeira do contrato:**

Não se aplica.



## **6.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle**

---

A gestão do contrato será realizada por meio de uma metodologia de acompanhamento contínuo, com o objetivo de assegurar que todos os serviços sejam executados conforme os padrões de qualidade, prazo e custo estabelecidos.

## **6.3. Obrigações específicas do contratado**

---

O contratado tem várias obrigações específicas a serem cumpridas para assegurar a qualidade e a conformidade dos serviços prestados. Inicialmente, é responsável por realizar a limpeza e manutenção do poço artesiano conforme as especificações técnicas acordadas, utilizando equipamentos e produtos apropriados. Deve garantir que os serviços atendam aos padrões estabelecidos e às normas sanitárias e ambientais vigentes, incluindo a realização de testes de qualidade da água e a correção de quaisquer não conformidades identificadas. Além disso, é obrigado a fornecer relatórios detalhados sobre as atividades realizadas, incluindo um relatório técnico final que documente as condições do poço antes e após os serviços, os resultados dos testes e as recomendações para futuras manutenções. O contratado também deve oferecer uma garantia mínima de 12 meses após a conclusão dos serviços, cobrindo quaisquer falhas ou problemas decorrentes da execução inadequada. A assistência técnica durante o período de garantia é outra obrigação, bem como o respeito aos prazos estabelecidos e a adoção de práticas seguras durante a execução dos serviços, incluindo o descarte adequado dos resíduos gerados.

## **6.4. Obrigações específicas do Município:**

---

Não se aplica.

## **6.5. Requisitos posteriores à execução:**

---



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Após a execução dos serviços, é essencial que todos os requisitos sejam cumpridos para garantir a conclusão satisfatória do contrato. O Município irá confirmar que todos os serviços foram realizados conforme os termos estabelecidos e que o poço está em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, com base na inspeção e nos relatórios fornecidos. É necessário receber e arquivar toda a documentação relativa à garantia dos serviços prestados, incluindo certificados e comprovantes de garantia financeira, e garantir que todos os detalhes sobre a assistência técnica e os termos de garantia sejam compreendidos. Além disso, o Município irá realizar uma avaliação do desempenho da empresa contratada e fornecer feedback, se necessário, para futuras referências e melhorias no processo de contratação. É importante certificar-se de que todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços foram descartados de acordo com as normas ambientais, conforme comprovado pela empresa contratada. Por fim, implementar um plano de manutenção programada para o poço artesiano com base nas recomendações fornecidas no relatório técnico ajudará a garantir a continuidade da eficiência e da qualidade do sistema.

## 6.6. Infrações e penalidades do Contrato

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do	Impedimento de licitar ou	6 meses





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

contrato sem motivo justificado	contratar com o município de Ivaí	
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

## 7. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA A CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE DISPENSA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

- Cópia do contrato social;
- Alvará de localização;
- CND Receita Federal;
- CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- CND Municipal;
- CND Estadual;
- CNDT-TST
- Cartão CNPJ/MF
- Certidão simplificada da junta comercial;
- Certidão de falência e concordata;
- Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação, datado e assinado.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 8.1. Prazo de pagamento:

---

O prazo de pagamento será de 30 dias, a partir da emissão da nota fiscal fornecida pela empresa.

Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## 8.2. Haverá Remuneração Variável?

---

☐ Sim ☒ Não

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

---

### 9.1. Valor estimado total da contratação:

---

Aproximadamente R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, seiscentos e treze reais e trinta e três centavos.)

### 9.2. Data da conclusão da formação de preço:

---

26 de Setembro de 2024.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

### 10.1. Previsão orçamentária para a contratação

---

Existe previsão orçamentária.

### 10.2. Rubrica orçamentária para a contratação

---

Conforme documento anexo.

## 11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

---

Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Ivaí- PR, 27 de Setembro de 2024.

**Luciano Tomachevski**



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA

#### 1. DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: ..... CNPJ: ..... Endereço: ..... E-mail: ..... Telefone: .....

#### 2. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome: .....

CPF: .....

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, de que, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

☐ declaramos que SIM

#### 3. INFORMAÇÕES DA PROPOSTA AJUSTADA

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
					Unitário	Total
01						
02						
Preço total geral						

Valor total geral por extenso: .....

#### 4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Data: .....

Nome do fornecedor  
Nome do Responsável  
(assinatura)



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../ , QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E  
.....

**MUNICÍPIO DE IVAÍ**, com sede no(a) ....., na cidade de  
...../Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº....., neste  
ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº ,  
de .... de ..... de 20..., CPF: ..... e RG: ....., doravante  
denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº  
....., sediado(a) na ....., em..... doravante  
designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e  
função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada  
nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância  
às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e  
demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do  
Processo Licitatório ...../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA 1ª: OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

1.1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta do contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do

2.2. extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O prazo de execução/entrega será de 05 dias, de acordo com o previsto no termo de referência.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA 3ª: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA 4ª: SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA 5ª: PREÇO**

- 5.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ ....., incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
- 5.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA 6ª: PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

- 6.1. O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 6.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## **CLÁUSULA 7ª: REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/09/2024 (*vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro*).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 7.3. **INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8.
- 7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA 8ª: CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** [\(art. 92. X, XI e XIV\)](#)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

8.10. A Administração terá o prazo de *15 dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA 9ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **CLÁUSULA 10ª: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:
- 10.2. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;
- 10.3. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- 10.4. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- 10.5. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- 10.6. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- 10.7. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 10.8. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 10.9. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- 10.10. as informações sobre os titulares envolvidos;
- 10.11. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 10.12. os riscos relacionados ao incidente;
- 10.13. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- 10.14. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 10.15. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 10.16. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 10.17. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 10.18. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 10.19. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 10.20. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 10.21. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

---

## **CLÁUSULA 11ª: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92. XII](#))**

---

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

---

## **CLÁUSULA 12ª: CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92.XIV](#))**

---

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após anegociação;
- 12.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 12.1.2.3.pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 12.1.2.4.deixar de apresentar amostra;





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 12.6. 12.1.2.5.apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação fraudar a licitação
- 12.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei; 12.1.6.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento; 12.1.6.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.13. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.14. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.15. advertência;
- 12.16. multa;
- 12.17. impedimento de licitar e contratar e
- 12.18. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.19. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.20. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.21. as peculiaridades do caso concreto
- 12.22. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.23. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.24. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.25. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 12.26. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.27. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

12.28. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

12.29. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

12.30. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

12.31. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.32. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.33. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.34. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA 13ª: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

13.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

## **CLÁUSULA 14ª: CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92. VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

050012060620012014339039000000 0590

## **CLÁUSULA 15ª: DOS CASOS OMISSOS ([art. 92. III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA 16ª: ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **CLÁUSULA 17ª: PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **CLÁUSULA 18ª: FORO ([art. 92. §1º](#))**

18.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Ibituva/Pr.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Ivaí-PR, ..... de ..... de .....

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF

Assinatura:

Nome:

CPF

Assinatura

